



RELATÓRIO CONTÁBIL DE ENCERRAMENTO

EXERCÍCIO – 2021

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2022.

<https://www.gov.br/ancine/pt-br>

RELATÓRIO CONTÁBIL DE ENCERRAMENTO **EXERCÍCIO - 2021**

**MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR
AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE**

Relatório Contábil de Encerramento da Agência Nacional do Cinema, relativas ao exercício financeiro de 2021, cujo objetivo é apresentar informações relativas à composição dos itens mais relevantes dos demonstrativos, dos critérios de reconhecimento e mensuração, bem como outras informações que não são diretamente evidenciadas nos balanços.

DIRETOR-PRESIDENTE

Alex Braga Muniz

SECRETÁRIO DE GESTÃO INTERNA

Eduardo Fonseca de Moraes

GERENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Rafael Costa Strauch

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Glauber de Oliveira Lima

COORDENADOR DE CONTABILIDADE SUBSTITUTO

Augusto Baade A. Y. Rocha

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	6
APRESENTAÇÃO	7
DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR - COM RESTRIÇÃO	8
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	10
BALANÇO PATRIMONIAL	10
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP	11
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO	12
BALANÇO ORÇAMENTÁRIA – ANEXO I (EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	14
BALANÇO ORÇAMENTÁRIA – ANEXO II (EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS).....	15
BALANÇO FINANCEIRO - BF	16
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC	17
NOTAS EXPLICATIVAS.....	18
1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	18
2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	18
3. CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA	22
4. CRÉDITOS A RECEBER.....	23
5. INVESTIMENTOS	26
6. IMOBILIZADO.....	27
7. INTANGÍVEL	28
8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO.....	28
9. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR.....	29
10. TRANSFERÊNCIAS DISCRICIONÁRIAS A PAGAR / DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO.....	29
11. RESULTADO PATRIMONIAL.....	30
12. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	30
13. RECEITA ORÇAMENTÁRIAS	31
14. DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	31
15. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	32
16. RESULTADO FINANCEIRO.....	32
17. RESTOS A PAGAR	34
18. GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	35

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AH	Análise Horizontal
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
AV	Análise Vertical
CONDECINE	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica
FNC	Fundo Nacional de Cultura
FSA	Fundo Setorial do Audiovisual
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PCASP	Plano de Contas Aplicado Ao Setor Público
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caixa e Equivalente Caixa

Tabela 2 – Créditos a Receber

Tabela 3 – Créditos a Curto Prazo

Tabela 4 - Créditos a Longo Prazo

Tabela 5 - Investimentos

Tabela 6 – Imobilizado

Tabela 7 - Bens Móveis

Tabela 8 - Bens Imóveis

Tabela 9 - Bens Intangíveis

Tabela 10 - Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias de Curto Prazo

Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar - Curto Prazo

Tabela 12 – Outras Obrigações a Curto Prazo / Obrigações de Repartição a Outros Entes

Tabela 13 – Resultado Patrimonial

Tabela 14 – Histórico de arrecadação própria

Tabela 15 – Despesas empenhadas por Grupo de Natureza da Despesa

Tabela 16 – Resultado Orçamentário do Período

Tabela 17 – Resultado Financeiro do Período

Tabela 18 – Acompanhamento do RPNP

Tabela 19 – Geração Líquida de Caixa

APRESENTAÇÃO

Criada em 2001 pela Medida Provisória 2228-1, a ANCINE – Agência Nacional do Cinema é uma agência reguladora que tem como atribuições o fomento, a regulação e a fiscalização do mercado do cinema e do audiovisual no Brasil. É uma autarquia especial, vinculada ao Ministério do Turismo, com sede e foro no Distrito Federal, e Escritório Central no Rio de Janeiro.

De acordo com o Mapa Estratégico ANCINE 2020-2023, a missão da Agência é promover ambiente regulatório equilibrado e desenvolver o setor audiovisual brasileiro em benefício da sociedade.¹

Como Agência Reguladora, a ANCINE goza da prerrogativa de Órgão Setorial dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Pessoal Civil da Administração Federal, de Organização e Inovação Institucional, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação e de Serviços Gerais.

A condição de órgão setorial dos referidos sistemas decorre da Lei nº 13.848 de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, reforçando a natureza especial dessas autarquias, caracterizadas pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, dentre outras disposições constantes na citada lei.

¹ <https://www.gov.br/ancine/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/biografia>

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR - COM RESTRIÇÃO

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 da Agência Nacional do Cinema.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

- a) O item do Balanço Patrimonial - Créditos a receber de Curto e Longo Prazo, principalmente os provenientes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE, das Multas por infração a Legislação Cinematográfica, não foram plenamente reconhecidos até o fechamento do exercício de 2021. Quanto aos créditos inscritos em Dívida Ativa da União, estes foram atualizados apenas pelo valor original;
- b) Os itens do Balanço Patrimonial - Créditos a Longo Prazo: Financiamentos concedidos e Outros créditos e valores a receber LP decorrem das operações do FSA, carecem de conciliação com sua posição/movimentação nos agentes financeiros;
- c) Não houve atualização dos valores de Ajustes para Perdas em Créditos de Curto e Longo Prazo ao longo do exercício, por ausência de informações das áreas gestoras de créditos, definição de metodologia e limitações sistêmicas;
- d) O item do Balanço Patrimonial - Ativo (Demais créditos e Valores a Curto Prazo): Termos de Execução Descentralizada – TED, vem sendo atualizado conforme o fluxo de recebimento processual. Entretanto, ainda existe valor significativo registrado pendente de comprovação.

Tais inconsistências foram objeto de aplicação das seguintes restrições contábeis no SIAFI: 604 - *Falta de Atualização de ativos circulantes*; 605 - *Falta de reclassificação p/ Curto Prazo de valores Longo Prazo-Ativos*; 615 - *Falta de Atualização Valores Ativo realizável Longo Prazo*; 621 - *Falta Atualização Provisão Dívida Ativa – Longo Prazo*; 623 - *Falta Atualiz.*

Juros e Multas Dívida Ativa; 625/635 - falta reg./atualização Ajus. perdas prováveis – Curto e Longo Prazo; 773 – TED a comprovar com data expirada; 775 - TED a repassar expirados.

As restrições contábeis estão disponíveis na transação >CONRESTCON no SIAFI Operacional.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2022.

Glauber de Oliveira Lima

CRC/RJ nº 094.965-O/7

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

	NE	31/12/2021	31/12/2020
R\$			
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		34.032.232,35	46.398.555,87
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>03</u>	5.943.695,11	7.753.276,14
Créditos a Curto Prazo	<u>04</u>	28.044.282,74	38.598.355,33
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques		44.254,50	46.924,40
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-
VPD Pagas Antecipadamente		-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.014.099.816,22	3.836.702.317,50
Ativo Realizável a Longo Prazo		4.995.759.054,76	468.630.076,83
Créditos a Longo Prazo	<u>04</u>	4.995.759.054,76	468.630.076,83
Estoques		-	-
Investimentos	<u>05</u>	-	3.350.829.938,00
Imobilizado	<u>06</u>	13.658.648,48	11.883.056,67
Intangível	<u>07</u>	4.682.112,98	5.359.246,00
Diferido		-	-
TOTAL DO ATIVO		5.048.132.048,57	3.883.100.873,37
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE		23.219.198,37	25.889.087,35
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	<u>08</u>	7.119.194,41	5.986.685,02
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<u>09</u>	2.755.508,55	6.226.045,92
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	<u>10</u>	12.301.850,81	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	<u>10</u>	1.042.644,60	13.676.356,41
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Resultado Diferido		-	-
Total do Passivo		23.219.198,37	25.889.087,35
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.024.912.850,20	3.857.211.786,02
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Resultados Acumulados		5.024.912.850,20	3.857.211.786,02
Resultado do Exercício		454.521.432,48	27.115.737,47
Resultados de Exercícios Anteriores		3.857.211.786,02	3.830.157.132,32
Ajustes de Exercícios Anteriores	<u>12</u>	713.179.631,70	-61.083,77
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.048.132.048,57	3.883.100.873,37

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

	NE	31/12/2021	31/12/2020
			R\$
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		1.656.377.120,70	2.445.319.403,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		957.095.752,91	877.572.356,37
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		37.949.192,02	622.778.617,59
Transferências e Delegações Recebidas		577.957.285,89	866.818.501,83
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		475.514,37	9.828,10
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		82.899.375,51	78.140.099,24
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		1.201.855.688,22	2.418.203.665,66
Pessoal e Encargos		96.629.564,43	94.989.445,53
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.925.100,60	1.652.404,45
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		39.084.024,35	33.079.471,33
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		142.438,89	101.487,85
Transferências e Delegações Concedidas		1.045.409.765,53	1.565.147.585,43
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		11.445.322,29	1.122.968,80
Tributárias		27.170,67	59.913,71
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		7.192.301,46	722.050.388,56
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)	<u>11</u>	454.521.432,48	27.115.737,47

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO

31//2021 – R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)		1.323.033,00	1.323.033,00	6.430.292,85	5.107.259,85
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	1.183,81	1.183,81
Receita Patrimonial		-	-	-	-
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		1.323.033,00	1.323.033,00	6.429.109,04	5.106.076,04
RECEITAS DE CAPITAL (II)		78.286.827,00	78.286.827,00	-	-78.286.827,00
Operações de Crédito		78.286.827,00	78.286.827,00	-	-78.286.827,00
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III = I+II)	13	79.609.860,00	79.609.860,00	6.430.292,85	-73.179.567,15
REFINANCIAMENTO (IV)		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V = III+IV)		79.609.860,00	79.609.860,00	6.430.292,85	-73.179.567,15
DÉFICIT (VI)	15	-	-	559.785.759,06	559.785.759,06
TOTAL (VII = V+VI)		79.609.860,00	79.609.860,00	566.216.051,91	486.606.191,91
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		-	(5.496.201,00)	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-5.496.201,00	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO

31/12/2021 – R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)		132.984.609,00	125.343.379,00	136.851.024,05	118.719.538,76	112.923.484,52	-11.507.645,05
Pessoal e Encargos Sociais		91.072.164,00	96.858.305,00	95.309.441,30	94.826.366,40	89.324.475,14	1.548.863,70
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		41.912.445,00	28.485.074,00	41.541.582,75	23.893.172,36	23.599.009,38	-13.056.508,75
DESPESAS DE CAPITAL (IX)		2.220.000,00	4.365.029,00	429.365.027,86	3.576.237,88	3.559.775,76	-424.999.998,86
Investimentos		2.220.000,00	4.365.029,00	4.365.027,86	876.237,88	859.775,76	1,14
Inversões Financeiras		-	-	425.000.000,00	2.700.000,00	2.700.000,00	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI = VIII+IX+X)		135.204.609,00	129.708.408,00	566.216.051,91	122.295.776,64	116.483.260,28	-436.507.643,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII = XI+XII)	14	135.204.609,00	129.708.408,00	566.216.051,91	122.295.776,64	116.483.260,28	-436.507.643,91
SUPERÁVIT (XIV)		-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII+XIV)		135.204.609,00	129.708.408,00	566.216.051,91	122.295.776,64	116.483.260,28	-436.507.643,91

BALANÇO ORÇAMENTÁRIA – ANEXO I (EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)

31/12/2021 – R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS					
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES		13.340.191,53	28.515.447,88	15.626.301,96	14.418.987,25	3.343.903,45	24.092.748,71
Pessoal e Encargos Sociais		-	260.606,17	-	-	260.606,17	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		13.340.191,53	28.254.841,71	15.626.301,96	14.418.987,25	3.083.297,28	24.092.748,71
DESPESAS DE CAPITAL		415.566.664,55	397.592.872,41	423.017.684,95	423.017.684,95	171.967,33	389.969.884,68
Investimentos		606.966,55	292.872,41	717.684,95	717.684,95	171.967,33	10.186,68
Inversões Financeiras		414.959.698,00	397.300.000,00	422.300.000,00	422.300.000,00	-	389.959.698,00
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL	<u>17</u>	428.906.856,08	426.108.320,29	438.643.986,91	437.436.672,20	3.515.870,78	414.062.633,39

BALANÇO ORÇAMENTÁRIA – ANEXO II (EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS)

31/12/2021 – R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
		(a)	(b)	(c)	(d)	(f) =(a)+(b)-(c)-(d)
DESPESAS CORRENTES		4.774.518,58	5.618.922,76	8.393.001,52	7.469,05	1.992.970,77
Pessoal e Encargos Sociais		32.802,75	5.151.783,75	5.151.783,75	7469,05	32.802,75
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		4.741.715,83	467.139,01	3.241.217,77	-	1.967.637,07
DESPESAS DE CAPITAL		12.004.844,09	1.759.585,90	1.759.585,90	4.844,09	12.000.000,00
Investimentos		12.004.844,09	1.759.585,90	1.759.585,90	4.844,09	12.000.000,00
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL		16.779.362,67	7.378.508,66	10.152.587,42	12.313,14	13.992.970,77

BALANÇO FINANCEIRO - BF

R\$

	NE	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos			
Receitas Orçamentárias (I)		6.430.292,85	1.057.154,54
Ordinárias		-	-
Vinculadas		6.624.888,22	1.159.422,62
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-194.595,37	-102.268,08
Transferências Financeiras Recebidas (II)		572.149.071,12	866.807.388,57
Resultantes da Execução Orçamentária		119.416.634,94	120.842.014,30
Independentes da Execução Orçamentária		452.732.436,18	745.965.374,27
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)		1.477.953.591,81	1.972.584.913,42
Saldo do Exercício Anterior (IV)		7.753.276,14	6.708.475,49
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.753.276,14	6.708.475,49
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		2.064.286.231,92	2.847.157.932,02
Dispêndios			
Despesas Orçamentárias (VI)		566.216.051,91	548.246.268,58
Ordinárias		123.665.917,20	115.436.759,68
Vinculadas		442.550.134,71	432.809.508,90
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		1.044.438.145,53	1.562.894.091,58
Resultantes da Execução Orçamentária		-	112.692,85
Independentes da Execução Orçamentária		1.044.438.145,53	1.562.781.398,73
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		447.688.339,37	728.264.295,72
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	16	5.943.695,11	7.753.276,14
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.943.695,11	7.753.276,14
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		2.064.286.231,92	2.847.157.932,02

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

R\$

	NE	31/12/2021	31/12/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
INGRESSOS		1.606.790.510,88	2.406.962.627,58
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		1.183,81	692,53
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		-	-
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		6.429.109,04	1.056.462,01
Transferências Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais		1.600.360.218,03	2.405.905.473,04
DESEMBOLSOS		-1.180.263.045,30	-1.696.096.433,30
Pessoal e Demais Despesas		-114.028.311,56	-108.879.754,23
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-	-
Outros Desembolsos Operacionais		-1.044.438.145,53	-1.562.894.091,58
Fluxo de caixa líquido das atividades Operacionais (I)		426.527.465,58	710.866.194,28
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-428.337.046,61	-709.821.393,63
Aquisição de Ativo Não Circulante		-440.763,23	-174.574,99
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-199.185.113,00	-50.000.000,00
Outros Desembolsos de Investimentos		-228.711.170,38	-659.646.818,64
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (II)		-428.337.046,61	-709.821.393,63
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)		-	-
GERAÇÃO LÍQ. DE CAIXA E EQUIV. DE CAIXA (IV = I+II+III)	18	-1.809.581,03	1.044.800,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		7.753.276,14	6.708.475,49
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		5.943.695,11	7.753.276,14

NOTAS EXPLICATIVAS

1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, do Decreto-lei nº 200/67, do Decreto nº 93.872/86, da Lei nº 10.180/2001 e da LC nº 101/2000. São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Este documento é composto das seguintes demonstrações, bem como das suas respectivas notas explicativas.

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Notas Explicativas.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis fornecem informações sobre a gestão do patrimônio público, no âmbito da ANCINE, e contribuem para a prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem.

Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira da ANCINE.

2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da ANCINE, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Moeda funcional

A moeda funcional da União é o Real.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Depósitos restituíveis

De acordo com o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, a União está obrigada a adotar o princípio de unidade de tesouraria. Segundo o referido decreto, “a realização da receita e despesa da União far-se-á por via bancária, em estrita observância ao princípio de unidade de caixa” (art. 1º).

De modo expresso, o decreto estabelece que o conceito adotado para receita é “[...] todo e qualquer ingresso de caráter obrigatório ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza orçamentária ou extraorçamentária, seja geral ou vinculado [...]”. De modo tácito, pode-se estender as características apresentadas para caracterizar o conceito de despesa.

Neste sentido, os depósitos restituíveis, ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias, estão contabilizados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, como ocorre no caso de garantias contratuais na modalidade caução em dinheiro, bem como outros depósitos de terceiros.

(d) Créditos a curto prazo

Na ANCINE, compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) adiantamentos, inclusive – Termos de Execução Descentralizada. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias adquiridas para consumo nas operações da ANCINE. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. O controle de estoque é realizado mediante o emprego do Sistema Integrado de Administração e Serviços (SIADS).

(f) VPD pagas antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico. As apropriações são efetuadas segundo o regime de competência.

(g) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(h) Ajuste para perdas da dívida ativa

O Ajuste de Perdas é calculado com base no histórico de recebimentos dos créditos inscritos em dívida ativa. Contudo, pela ausência da definição de metodologia pelo órgão gestor da dívida, e dada a dificuldade de mensuração desses estoques de recebíveis, em decorrência da falta de solução tecnológica adequada (Sistema de Gestão de Créditos), o Ajuste de Perdas não espelha adequadamente a situação patrimonial.

(i) Investimentos

São compostos por: (i) participações permanentes; no caso da ANCINE, são registros em decorrência da execução de ações orçamentárias de investimentos do Fundo Setorial do Audiovisual.

(j) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(k) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro da redução ao valor recuperável do intangível.

(l) Depreciação e amortização

Os procedimentos para registro da depreciação e amortização na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP e a Lei nº 10.180/2001.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN/MF. Especificamente no caso dos bens imóveis, a depreciação é calculada segundo o Parábola de Kuntzle, conforme Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(m) Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes e com provável realização, devem ser registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Quando dotados de pouca probabilidade na realização (ingresso de recursos), os Ativos Contingentes são escriturados em contas de controle do SIAFI e sua evidenciação em Notas Explicativas não é feita.

(n) Apuração do resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a entidade e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a entidade, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de

Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(o) Apuração do resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário, calculado pela diferença entre a receita realizada e a despesa empenhada no exercício.

(p) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da entidade.

No Balanço Financeiro é possível realizar a apuração do resultado financeiro. É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

3. CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA

Este item contempla o numerário e outros bens e direitos conversíveis e evidenciados em moeda nacional. O total da conta Caixa é apresentado no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro do lado dos Dispêndios, no item “saldo para o exercício seguinte”, como também na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no item “caixa e equivalente de caixa final”.

Em 31/12/21, o Balanço Patrimonial apresentava saldo de R\$ 5.943.695,11 na conta Caixa e Equivalentes de Caixa. Deste total, 81,72% pertencem à fonte 0188 (recursos primários de livre aplicação).

Tabela 1 – Caixa e Equivalente Caixa

FONTE DE RECURSOS		31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
0100000000	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	1.718.715,63	28,92	7.412.179,42	95,60	-76,81
0144000000	TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TN-OUTRAS APLICACOES	0,00	0,00	253.863,09	3,27	-100,00
0151000000	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	98.734,75	1,66	44.476,79	0,57	121,99
0156000000	CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB	59.028,78	0,99	5.995,17	0,08	884,61
0169000000	CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	5.995,17	0,10	0,00	0,00	-
0174042003	MULTAS P/INFR.A LEG.CINEMATOGR.-ANCINE	45.495,32	0,77	0,00	0,00	-
0188000000	RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	3.865.824,27	65,04	0,00	0,00	-
0190000000	RECURSOS DIVERSOS	149.901,19	2,52	36.761,67	0,47	307,76
TOTAL		5.943.695,11	100,00	7.753.276,14	100,00	-23,34

Fonte: SIAFI

4. CRÉDITOS A RECEBER

Os créditos a receber estão divididos em dois grupos: (i) curto prazo; e (ii) longo prazo, conforme tabela abaixo.

Tabela 2 – Créditos a Receber

	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Créditos a Curto Prazo	28.044.282,74	0,56	38.598.355,33	7,61	-27,34
Créditos a Longo Prazo	4.995.759.054,76	99,44	468.630.076,83	92,39	966,03
TOTAL	5.023.803.337,50	100,00	507.228.432,16	100,00	890,44

Fonte: SIAFI

Os Créditos de Curto Prazo estão distribuídos conforme tabela apresentada a seguir.

Tabela 3 – Créditos a Curto Prazo

	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	313.762,72	1,12	285.030,08	0,74	10,08
CRED POR DANO AO PATRIM DE CRED ADMINISTRAT	777.823,56	2,77	138.506,33	0,36	461,58
CRED TRIB NAO PREVIDENCIARIOS - NAO PARCELADO	2.634.065,61	9,39	2.634.065,61	6,82	0,00
ADIANTAMENTO CONCEDIDO	11.492,96	0,04	318,78	0,00	3505,30
CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	448.142,18	1,60	448.142,18	1,16	0,00
CREDITOS PARCELADOS	248.133,85	0,88	252.504,75	0,65	-1,73
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	23.610.861,86	84,19	34.839.787,60	90,26	-32,23
TOTAL	28.044.282,74	100,00	38.598.355,33	100,00	-27,34

Fonte: SIAFI

Os “Adiantamentos Concedidos”, em maior parte, referem-se aos benefícios de pessoal concedidos durante o exercício (férias, 13º salário e adiantamento de salários).

Os “créditos por dano ao patrimônio” decorrem de cobranças administrativas para reposição de valores ao erário, com base na [Portaria ANCINE Nº 632/2020](#).

Os créditos: “tributário não previdenciário” – não parcelado são créditos relativos à cobrança da CONDECINE; o “crédito decorrente de infração” são créditos relativos às infrações da legislação do audiovisual; e os “créditos parcelados” registra os créditos oriundos das leis de incentivo à cultura. Em dezembro de 2021 houve atualização dos créditos parcelados, os demais créditos carecem de atualização, conforme ressaltado na Declaração do Contador.

Os “Termos de Execução Descentralizada (TED`s)” que por mudança de critério contábil, no ano de 2018 foram contabilizados no Ativo Circulante. A baixa desse ativo ocorre pela prestação de contas aprovadas, sendo atualizados de acordo com o fluxo de recebimento processual. Até o encerramento do exercício de 2021 ocorreu uma redução de 32,23% desse estoque, por baixa após prestação de contas. Entretanto, ainda existe valor significativo registrado pendente de comprovação, motivo da restrição contábil.

A seguir, apresentamos a composição dos “créditos a longo prazo” e “demais créditos e valores a longo prazo”. Nos tópicos abaixo, são detalhados os itens com saldos mais representativos.

Tabela 4 - Créditos a Longo Prazo

	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	R\$ AH (%)
<u>CREDITOS A LONGO PRAZO (A)</u>					
Créditos tributários a receber	2.440.279,17	0,05	2.440.279,17	0,52	0,00
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	338.453.911,00	72,22	-100,00
Financiamentos concedidos	843.676.729,16	16,89	55.222.818,16	11,78	1.427,77
Dívida Ativa Tributária	34.647.910,16	0,69	35.040.850,04	7,48	-1,12
Dívida Ativa Não Tributária	51.133.697,72	1,02	46.465.919,54	9,92	10,05
Ajuste de perdas de créditos a longo prazo	-17.473.280,47	-	-17.473.280,47	-	0,00
TOTAL (A)	914.425.335,74	-	460.150.497,44	-	98,72
<u>DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO (B)</u>					
Crédito por dano ao patrimônio - decisão TCU	47.214.405,68	0,95	7.308.353,38	1,56	546,03
Créditos parcelados	196.254,77	0,00	378.105,44	0,08	-48,10
Créditos a receber decorrente infrações LP	793.120,57	0,02	793.120,57	0,17	0,00
Outros créditos e valores a receber LP	4.033.129.938,00	80,73	0,00	0,00	-
TOTAL (B)	4.081.333.719,02	-	8.479.579,39	-	4.8031,32
TOTAL (A) + (B)	4.995.759.054,76	99,98	468.630.076,83	100,00	966,03

Fonte: SIAFI

(a) Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Os valores de “Empréstimos e Financiamentos concedidos”, referem-se aos repasses realizados pela ANCINE ao BNDES, em decorrência da execução de ações orçamentárias do FSA² para operações de empréstimos a projetos via agente financeiro credenciado.

Em decorrência da necessidade de avaliação e reavaliação dos critérios contábeis de escrituração das operações do FSA no SIAFI de “Financiamentos e Investimentos”, no ano de 2019 houve demanda por parte do Órgão Central de Contabilidade – STN sobre as operações de financiamento e investimento constante do Balanço Patrimonial, que em diligência solicitou informações à ANCINE. Durante os últimos dois exercícios, houve troca de informações entre os órgãos para fins de subsidiar à CCONT/STN na análise das operações do FSA. Ao final de 2021 houve manifestação da STN por meio da Nota Técnica SEI nº 59151//2021/ME.

Em conformidade com o entendimento da STN materializado na Nota Técnica SEI nº 59151/2021/ME e demais informações do processo 01416.008116/2019-96, para fins de adequação contábil, em consonância com a execução da ação orçamentária, o saldo existente na conta “Empréstimos concedidos a Receber” foi transferido para a conta “Financiamentos Concedidos a Receber”.

Em conciliação com a execução orçamentária acumulada do FSA, o saldo da conta “Financiamentos Concedidos a Receber” foi impactado positivamente pelo fato descrito no parágrafo anterior. Além disso, houve um acréscimo de aproximadamente R\$ 200 milhões decorrente da reclassificação de valores reconhecidos inadequadamente na conta de

²Fundo Setorial do Audiovisual. Informações na página oficial. Disponível em: <<https://www.gov.br/ancine/pt-br/fsa>>

“Investimentos”. Os demais acréscimos da conta “Financiamentos Concedidos a Receber” decorreram da execução orçamentária da ação orçamentária de financiamento (006C) do FSA no ano de 2021.

Conforme manifestação da STN os valores registrados no SIAFI devem ser conciliados com as respectivas movimentações das operações do FSA e posição nos agentes financeiros.

(b) Dívida Ativa e Créditos Tributários a Receber

A dívida ativa abrange os créditos cuja certeza e liquidez foram apuradas, inscritos por não terem sido quitados no prazo legal e que não foram atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de sua exigibilidade.

A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 39, § 2º, define como dívida ativa tributária os créditos em favor da Fazenda Pública provenientes de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública.

Em 31/12/2021, o Balanço Patrimonial evidencia um saldo superior a R\$ 85 milhões de créditos a receber inscritos em Dívida Ativa (Tributária e Não Tributária).

As variações constatadas decorrem da retomada dos lançamentos no SIAFI com base no envio mapa do estoque da dívida encaminhado pela área gestora (Núcleo da Dívida Ativa da Procuradoria Federal Especializada na ANCINE). No entanto, por limitações na geração de relatórios pelo sistema da Dívida Ativa, os registros estão ocorrendo pelo valor histórico, sem atualização monetária, transferência do longo para o curto prazo, e da provisão para perdas (inclusive por ausência de definição de metodologia), conforme ressalva na Declaração do Contador.

Registra-se que o Núcleo da Dívida Ativa da PFE na ANCINE abriu solicitação de análise das questões sistêmicas ao órgão da AGU responsável pelo SAPIENS.

(c) Créditos por Dano ao Patrimônio – decisão do TCU

Os créditos por dano ao patrimônio decorrem de Tomadas de Contas Especial (TCE): apurado quando o crédito é maior ou igual a R\$ 100 mil, sendo contabilizado o crédito como ativo somente após decisão definitiva proferida pelo Tribunal de Contas da União. As variações do período são de registro de valores de julgados com imputação de débitos aos responsáveis recebidas no período. Ressalva-se que há um passivo de TCEs julgadas pendentes de validação da exigibilidade do respectivo crédito, que em decorrência do TCU apontar o FNC (Fundo Nacional de Cultura) como beneficiário, tal situação está em análise pela CCONT/MTur quanto ao devido tratamento do registro no SIAFI.

(d) Outros créditos e valores a receber LP

O saldo de aproximadamente 4,08 bilhões da conta “Outros créditos e Valores a Receber LP” decorreu da reclassificação do saldo da conta “Participação Permanente – avaliadas pelo MEP”, conforme orientação da STN enviada em 31/12/2021 e demais orientações da Nota Técnica SEI nº 59151//2021/ME e informações do processo 01416.008116/2019-96.

Com isso, a partir de 01/01/2022, conforme entendimento da STN, o reconhecimento e a evidenciação da execução da Ação Orçamentária de Investimento do FSA (006A) ocorrerá na conta “Outros créditos e Valores a Receber Longo Prazo”.

Conforme manifestação da STN os valores registrados no SIAFI devem ser conciliados com as respectivas movimentações das operações do FSA e posição nos agentes financeiros.

5. INVESTIMENTOS

Os investimentos registrados no BP da ANCINE decorriam da execução de ações do FSA, refletem os registros de repasses para o BNDES e FINEP ao longo dos anos, para participação em projetos, tendo como contrapartida a participação do FSA nos resultados comerciais dos mesmos, e no capital de empresas (participação minoritária), de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto nº 6.299/07.³

O saldo de R\$ 3,35 bilhões registrado em 31/12/2020 na conta “Participação em Fundos – MEP” e os acréscimos ocorridos ao longo do exercício de 2021, perfazendo aproximadamente R\$ 4,08 bilhões, foi integralmente transferido para a conta “Outros créditos e Valores a Receber LP”, conforme orientação da STN enviada em 31/12/2021 e demais orientações da Nota Técnica SEI nº 59151//2021/ME e informações do processo 01416.008116/2019-96.

Tabela 5 - Investimentos

			R\$
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Participações permanentes	0,00	3.350.829.938,00	-100,00
TOTAL	0,00	3.350.829.938,00	-100,00

Fonte: SIAFI

³ Fundo Setorial do Audiovisual – Ações Orçamentárias. <https://fsa.ancine.gov.br/o-que-e-fsa/acoes-orcamentarias>

6. IMOBILIZADO

O imobilizado da ANCINE está segregado em dois grupos: (a) bens móveis; e (b) bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a sua composição.

Tabela 6 – Imobilizado

	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Bens Móveis (VI = I - II - III)	8.998.864,70	65,88	7.223.272,89	60,79	24,58
Valor Bruto Contábil (I)	26.349.560,77	-	19.566.764,56	-	34,66
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (II)	-17.350.696,07	-	-12.343.491,67	-	40,57
Redução ao Valor Recuperável (III)	-	-	-	-	-
Bens Imóveis (VII = IV - V - VI)	4.659.783,78	34,12	4.659.783,78	39,21	0,00
Valor Bruto Contábil (IV)	4.659.936,63	-	4.659.936,63	-	0,00
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (V)	-152,85	-	-152,85	-	0,00
Redução ao Valor Recuperável (VI)	-	-	-	-	-
TOTAL LÍQUIDO (VIII = VI + VII)	13.658.648,48	100,00	11.883.056,67	100,00	14,94

Fonte: SIAFI

(a) Bens Móveis

Em 31/12/2021, o valor líquido contábil dos bens móveis da ANCINE é de R\$ 8.998.864,70, conforme detalhamento apresentado na tabela abaixo.

Tabela 7 - Bens Móveis

	31/12/2021	AV %	31/12/2020	AV %	AH (%)
Máq., Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	2.355.106,62	8,94	1.405.030,26	7,18	67,62
Bens de Informática	17.071.580,04	64,79	10.697.748,91	54,67	59,581
Móveis e Utensílios	4.453.394,95	16,90	4.280.804,09	21,88	4,0317
Material Cultural, Educ. e de Comunicação	1.156.023,06	4,39	999.536,45	5,11	15,656
Veículos	3.553,27	0,01	2.772,75	0,01	28,15
Demais Bens Móveis	1.309.902,83	4,97	2.180.872,10	11,15	-39,94
TOTAL BRUTO (I)	26.349.560,77	100,00	19.566.764,56	100,00	34,66
Depreciação / Amortização Acumulada (II)	-17.350.696,07	-	-12.343.491,67	-	40,56
Redução ao Valor Recuperável (III)	-	-	-	-	-
TOTAL (I) - (II) - (III)	8.998.864,70	-	7.223.272,89	-	24,58

Fonte: SIAFI

Os “Bens de informática” apresentaram variação de 59% em relação a 31/12/2020, correspondendo a um acréscimo de aproximadamente R\$ 6 milhões no saldo da referida conta. Outros itens dos “Bens móveis” também apresentaram variação positiva, provocando um aumento de 24% no valor líquido dos bens móveis em relação a 31/12/2020.

Os bens móveis estão distribuídos para uso na sede da ANCINE em Brasília e no escritório central no Rio de Janeiro (maior concentração).

(b) Bens Imóveis

A ANCINE não possui imóveis próprios, suas atividades são exercidas em imóveis de terceiros (locação), localizados em Brasília e no Rio de Janeiro. Dessa forma, os valores registrados classificam-se como “Benfeitorias em Propriedade de Terceiros”.

Quanto as benfeitorias, considerando que foram realizadas no imóvel pertencente ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social do INSS, os critérios de amortização estão em análise entre os órgãos, considerando sua particularidade para fins de reconhecimento pelo órgão proprietário do imóvel ou não.

Tabela 8 - Bens Imóveis

	R\$				
	3/09/2020	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Benfeitorias Em Propriedade De Terceiros	4.659.936,63	100,00	4.659.936,63	100,00	0,00
TOTAL BRUTO (I)	4.659.936,63	100,00	4.659.936,63	100,00	0,00
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (II)	-152,85	-	-152,85	-	0,00
Redução ao Valor Recuperável (III)	-	-	-	-	-
TOTAL LÍQUIDO (IV = I - II - III)	4.659.783,78	-	4.659.783,78	-	0,00

Fonte: SIAFI

7. INTANGÍVEL

O Ativo Intangível da ANCINE é constituído de softwares com vida útil definida e estão mensurados pelo seu custo de aquisição/contratação ou produção.

Tabela 9 - Bens Intangíveis

	R\$				
	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	24.810.359,63	100,00	24.179.268,46	100,00	2,61
TOTAL BRUTO (I)	24.810.359,63	100,00	24.179.268,46	100,00	2,61
Amortização Acumulada	-20.128.246,65	-	-18.820.022,46	-	6,95
TOTAL LÍQUIDO (III = I - II)	4.682.112,98	-	5.359.246,00	-	-12,63

Fonte: SIAFI

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO

Em 31/12/2021, o Balanço Patrimonial evidencia um saldo de aproximadamente R\$ 7,1 milhões em obrigações trabalhistas e previdenciárias.

No caso de salários, remunerações e benefícios, essas apropriações ocorrem no mês de competência, cuja compensação da obrigação ocorre no primeiro dia útil do mês seguinte, na geração das ordens bancárias de pessoal, baixando-se o saldo da conta de obrigações. A tabela a seguir apresenta os saldos de forma detalhada.

Tabela 10 - Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias de Curto Prazo

	R\$				
	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Benefícios Assistenciais a Pagar	45.175,06	0,63	44.476,79	0,74	1,57
Benefícios previdenciários	659,25	0,01	0,00	0,00	-
INSS a pagar - Intra OFSS	0,00	0,00	7.469,05	0,12	-100,00
Pessoal a pagar			-		
<i>Salários, Remunerados e Benef.</i>	5.382.076,05	75,60	5.061.351,01	84,54	6,34
<i>Decimo Terceiro Salário A Pagar</i>	319.396,27	4,49	0,00	0,00	-
<i>Férias A Pagar</i>	1.310.151,87	18,40	812.652,61	13,57	61,22
Entidades de previd. Privada e Comp.	61.735,91	0,87	60.735,56	1,01	1,65
TOTAL	7.119.194,41	100,00	5.986.685,02	100,00	18,92

Fonte: SIAFI

O saldo de férias a pagar compreende os duodécimos de remuneração em período de férias mais o 1/3 constitucional de férias, apropriados mensalmente pelo regime de competência. A partir do segundo ano de exercício, o servidor público tem a faculdade de gozar suas férias sem que seja necessário completar mais outro período aquisitivo de 12 meses. Tal particularidade implica o reconhecimento das férias como ativo, importando em alguns casos, em saldo de adiantamento de férias superior ao passivo reconhecido no período.

Quanto ao décimo terceiro salário a pagar, as obrigações são apropriadas pelo regime de competência, na proporção de 1/12 do total da remuneração devida aos servidores ativos e inativos, bem como dos pensionistas.

9. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31/12/2021, o Balanço Patrimonial apresentou um saldo de aproximadamente R\$ 2,7 milhões relacionados a fornecedores e contas a pagar a curto prazo, correspondendo a uma redução de 55,74%. A seguir, apresenta-se a tabela relacionando as obrigações com credores nacionais a curto prazo.

Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar - Curto Prazo

	R\$		
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	2.755.508,55	6.226.045,92	-55,74
TOTAL	2.755.508,55	6.226.045,92	-55,74

Fonte: SIAFI

10. TRANSFERÊNCIAS DISCRICIONÁRIAS A PAGAR / DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Em 31/12/2021, o Balanço Patrimonial apresentou um saldo superior a R\$ 13,3 milhões relacionados a "Transferências discricionárias a pagar", esse valor é oriundo da transferência entre contas (realizada automaticamente no SIAFI pela STN), do saldo de 2020 da conta de

“Demais obrigações de curto prazo”, que era composta dos valores de “Convênios e Instrumentos Congêneres” firmados com a Caixa Econômica Federal e Secretaria de Cultura do Estado Rio no valor de R\$ 12 milhões e aproximadamente R\$ 302 mil de demais transferências firmadas e Outros.

Tabela 12 – Outras Obrigações a Curto Prazo / Obrigações de Repartição a Outros Entes

	31/12/2021		31/12/2020		R\$
		AV (%)		AV (%)	AH (%)
Transferências discricionárias a pagar	12.301.850,81	92,18	-	0,00	-
Convênios E Instrumentos Congêneres A Pagar	-	-	12.301.850,81	89,94	-100,00
Outros	1.042.644,60	7,81	1.374.505,60	10,06	-24,14
TOTAL	13.344.495,41	100,00	13.676.356,41	100,00	-2,42

Fonte: SIAFI

11. RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

O Resultado Patrimonial apurado no exercício de 2021 foi superavitário em R\$ 454.521.432,48, conforme apresentado no quadro a seguir.

Tabela 13 – Resultado Patrimonial

	R\$	
	31/12/2021	31/12/2020
Variações patrimoniais aumentativas (I)	1.656.377.120,70	2.445.319.403,13
Variações patrimoniais diminutivas (II)	1.201.855.688,22	2.418.203.665,66
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I – II)	454.521.432,48	27.115.737,47

Fonte: SIAFI

12. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Após o encerramento do exercício 2020, identificou-se a execução de recursos (SIAFI em 2020) no valor de R\$ 657.300.000 do FSA em Investimentos sem a contabilização nas respectivas contas de ativo, por utilização de evento incorreto na execução da despesa. Fato similar também ocorreu na execução de recursos de financiamento do FSA, no total de R\$ 50.000.000.

Ambos os valores apresentados no parágrafo anterior foram reconhecidos de forma inadequada como variação patrimonial diminutiva (VPD), Por esse motivo, no início do exercício de 2021, ocorreu o registro por “Ajuste de Exercícios Anteriores” dos respectivos valores no ativo, gerando um acréscimo de R\$ 657,3 milhões na conta de “Participações permanentes” e de R\$ 50 milhões na conta de “empréstimos concedidos” em relação aos saldos de 31/12/2020.

Cabe ressaltar que tanto a conta “Participações permanentes” como a conta “empréstimos concedidos” foram objetos de reclassificação contábil, tendo os saldos transferidos para outras contas, conforme a Nota Explicativa 4 e Nota Explicativa 5.

13. RECEITA ORÇAMENTÁRIAS

Em 2021, a arrecadação de receitas próprias da ANCINE totalizou R\$ 6.430.292,85, representando um acréscimo de R\$ 5.107.259,85 em relação ao total previsto para o exercício (1.323.033,00).

Tabela 14 – Histórico de arrecadação própria

R\$

ANO	PREVISAO ATUALIZADA DA RECEITA	RECEITA ORÇAMENTARIA REALIZADA(LIQUIDA)	EXECUÇÃO (%)
2021	1.323.033,00	6.430.292,85	486,03
2020	3.118.300,00	1.057.154,54	33,90
2019	2.505.366,00	2.347.828,21	93,71
2018	2.782.846,00	1.664.320,44	59,81
2017	2.183.547,00	3.366.311,99	154,17

Fonte: SIAFI

Destaca-se que a arrecadação do FSA realizada pela ANCINE não é evidenciada no Balanço Orçamentário da agência. A arrecadação do FSA que compete à ANCINE pode ser visualizada na Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP), na parte de variações patrimoniais aumentativas.

Em relação ao valor de R\$ 78.286.827,00 registrado como “receita de capital / operação de crédito” no Balanço Orçamentário de 2021, trata-se de controle de emissão de títulos da dívida pública realizado pelo Tesouro Nacional para utilização em despesas orçamentárias.

Quanto ao FSA, informações de sua gestão estão disponíveis na página oficial do fundo no portal <https://www.gov.br/ancine/pt-br/fsa> e também no Relatório de Gestão da Ancine disponível na página Transparência e Prestação de Contas no portal <https://www.gov.br/ancine/pt-br>.

14. DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

O quadro de despesas do Balanço Orçamentário apresenta as despesas da ANCINE e do FSA, por categoria econômica e por grupo de natureza da despesa (GND).

Destaca-se que o Balanço Orçamentário não apresenta valores do FSA na coluna de “dotação atualizada”, mas apenas nas demais colunas de execução orçamentária. A dotação para execução orçamentária do FSA é recebida pela ANCINE por meio de um destaque

(descentralização externa) que consiste na descentralização de créditos orçamentários entre unidades gestoras pertencentes a órgãos ou entidades distintas.

A tabela a seguir apresenta os valores empenhados por Grupo de Natureza da despesa, segregado entre ANCINE e FSA.

Tabela 15 – Despesas empenhadas por Grupo de Natureza da Despesa

Grupo Despesa (GND)		ANCINE	FSA	TOTAL
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	95.309.441,30	-	95.309.441,30
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.540.301,75	14.001.281,00	41.541.582,75
4	INVESTIMENTOS	4.365.027,86	-	4.365.027,86
5	INVERSOES FINANCEIRAS	-	425.000.000,00	425.000.000,00
TOTAL		127.214.770,91	439.001.281,00	566.216.051,91

Fonte: SIAFI

15. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado orçamentário tem por base o confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício financeiro, tendo como base o critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº.

Em 2021, as receitas realizadas somaram a quantia de R\$ 6.430.292,85, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 566.216.051,91, constituindo um resultado orçamentário deficitário de R\$ 559.785.759,06.

A tabela a seguir apresenta as receitas realizadas (arrecadas) e as despesas empenhadas no período de apuração.

Tabela 16 – Resultado Orçamentário do Período

RECEITAS	31/12/2021	AV (%)
MULTAS PREVISTAS EM LEGISL. ESPECÍFICA	6.430.292,85	100,00
TOTAL (I)	6.430.292,85	100,00
DESPESAS	31/12/2021	AV (%)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	95.309.441,30	16,83
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	41.541.582,75	7,34
INVESTIMENTOS	4.365.027,86	0,77
INVERSOES FINANCEIRAS	425.000.000,00	75,06
TOTAL (II)	566.216.051,91	100,00
RESULTADO (SUPERAVIT/DEFICIT) III = (I) – (II)	-559.785.759,06	-

Fonte: SIAFI

16. RESULTADO FINANCEIRO

Em 2021, o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro foi negativo em R\$ 1.809.581,03, conforme tabela a seguir.

Tabela 17 – Resultado Financeiro do Período

R\$

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Receita Orçamentária (I)	6.430.292,85	1.057.154,54	508,26%
Despesa Orçamentária (II)	566.216.051,91	548.246.268,58	3,28%
(A) = (I) - (II)	-559.785.759,06	-547.189.114,04	2,30%
Transferências Financeiras Recebidas (III)	572.149.071,12	866.807.388,57	-33,99%
Transferências Financeiras Concedidas (IV)	1.044.438.145,53	1.562.894.091,58	-33,17%
(B) = (III) - (IV)	-472.289.074,41	-696.086.703,01	-32,15%
Recebimentos Extraorçamentários (V)	1.477.953.591,81	1.972.584.913,42	-25,08%
Pagamentos Extraorçamentários (VI)	447.688.339,37	728.264.295,72	-38,53%
(C) = (V) - (VI)	1.030.265.252,44	1.244.320.617,70	-17,20%
RESULTADO (I+III+V) - (II+IV+VI)	-1.809.581,03	1.044.800,65	-273,20%

Fonte: SIAFI

Os recebimentos extraorçamentários (V) são compostos, em sua maior parte, pela “arrecadação de outras unidades” e “inscrição de restos a pagar”. A “arrecadação de outras unidades” representa os ingressos da CONDECINE que são transferidos ao Fundo Nacional de Cultura. A transferência da CONDECINE é realizada de forma automática via SIAFO da ANCINE ao FNC é identificada em “Transferências Financeiras Concedidas”.

Já os pagamentos extraorçamentários (VI) registraram, em sua maioria, o pagamento de RPNP e RPP.

Em relação às receitas e despesas orçamentárias, vide a Nota Explicativa 14 (Balanço Orçamentário).

17. RESTOS A PAGAR

Conforme disposto no art. 67 do Decreto nº 93.872/1986, os Restos a Pagar Não Processados – RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas (atestadas) até 31 dezembro, em decorrência da não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, como também da aferição parcial ou entrega de obras no exercício.

A inscrição dos empenhos nessa rubrica é feita pela STN no encerramento de cada exercício financeiro, com base na execução orçamentária do exercício (despesas empenhadas e não liquidadas), acrescido dos RPNP transpostos/inscritos em exercícios anteriores (reinscrição) que ainda não tiveram execução concluída e o pagamento realizado.

Tabela 18 – Acompanhamento do RPNP

31/12/2021 - R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS		TOTAL	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	EXECUÇÃO DE RPNP (%)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR						
	(a)	(b)	(I) = (a) + (b)	(c)	(d)	(e)	(II) = (a+b-d-e)	(III) = (II - I) / I*100
DESPESAS CORRENTES	13.340.191,53	28.515.447,88	41.855.639,41	15.626.301,96	14.418.987,25	3.343.903,45	24.353.354,88	-41,81
Pessoal e Encargos Sociais	-	260.606,17	260.606,17	-	-	-	260.606,17	0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	13.340.191,53	28.254.841,71	41.595.033,24	15.626.301,96	14.418.987,25	3.083.297,28	24.092.748,71	-42,08
DESPESAS DE CAPITAL	415.566.664,55	397.592.872,41	813.159.536,96	423.017.684,95	423.017.684,95	171.967,33	389.969.884,68	-52,04
Investimentos	606.966,55	292.872,41	899.838,96	717.684,95	717.684,95	171.967,33	10.186,68	-98,87
Inversões Financeiras	414.959.698,00	397.300.000,00	812.259.698,00	422.300.000,00	422.300.000,00	-	389.959.698,00	-51,99
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	428.906.856,08	426.108.320,29	855.015.176,37	438.643.986,91	437.436.672,20	3.515.870,78	414.062.633,39	-51,57

Fonte: SIAFI

18. GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apurada na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), a geração líquida de caixa é o resultado entre o total de ingressos de recursos financeiros (entradas efetivas no caixa) menos o total de dispêndios de recursos financeiros (saídas efetivas do caixa), independente do período de competência a que se referem.

Em 2021, a geração líquida de caixa foi de R\$ -1.809.581,03, conforme tabela a seguir.

Tabela 19 – Geração Líquida de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	R\$
Geração líquida de caixa	-1.809.581,03	1.044.800,65	-273,19	

Fonte: SIAFI